



SEXUALIDADE E GÊNERO NAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISCUTINDO A IGUALDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

SEXUALIDAD Y GÉNERO EN JUEGO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: DISCUTIENDO LA IGUALDAD Y EL RESPETO A LAS DIFERENCIAS

SEXUALITY AND GENDER IN PLAY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: DISCUSSING EQUALITY AND RESPECTING DIFFERENCES

*Gennifer Gabriela Riva*¹

*Rita de Cássia Petrenas*²



RESUMO

Na fase da educação infantil é necessário tratar de questões referentes à educação sexual, dentre elas as relações de gênero dentro do ambiente escolar, pois neste momento, as crianças começam a formar senso crítico, no qual precisam de informações para construir seus valores, atitudes, conceitos e sentimentos. Apontamos como questão de pesquisa qual a importância de abordar as temáticas relacionadas à sexualidade e gênero no contexto escolar com crianças da educação infantil? Para responder à questão levantada foram elencados dois objetivos que se complementam: enfatizar a importância da abordagem da temática de gênero na educação infantil e discutir o tema das relações de gênero através dos momentos de brincadeiras e atividades desenvolvidas nessa fase de escolarização. Para atingir os objetivos foi realizado um levantamento bibliográfico. Espera-se que este artigo possa orientar professores sobre a importância de se trabalhar temáticas relacionadas à educação sexual, mais explicitamente as abordagens relacionadas a gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero. Educação Infantil. Brincadeiras.

¹ Pedagoga . Centro Universitário Central Paulista/ UNICEP . Porto Ferreira, São Paulo, Brasil.

² Doutora em Educação Escolar. UNESP- Campus Araraquara/ Central Paulista/ UNICEP . Porto Ferreira, São Paulo, Brasil.

RESUMEN

En la etapa de educación infantil de 0 a 5 años es sumamente necesario tratar temas relacionados con la educación sexual, entre ellos las relaciones de género dentro del ámbito escolar, pues en este momento los niños comienzan a formar un sentido crítico, en el cual necesitan información para construir sus valores, actitudes, conceptos y sentimientos. Señalamos como pregunta de investigación cuál es la importancia de abordar temas relacionados con la sexualidad y el género en el contexto escolar con niños y niñas de educación infantil? Por lo tanto, para responder a la pregunta planteada, se enumeraron dos objetivos: enfatizar la importancia de abordar el tema de género en la educación infantil y discutir el tema de las relaciones de género a través de momentos de juegos y actividades desarrollados en esta fase de la escolarización. Para lograr los objetivos propuestos se realizó un levantamiento bibliográfico. Se espera que este artículo pueda orientar a los docentes sobre la importancia de trabajar temas relacionados con la educación sexual en el, más explícitamente en los enfoques de género.

PALABRAS CLAVE: Relaciones de Género. Educación Infantil. Chistes

ABSTRACT

In the early childhood education stage from 0 to 5 years old, it is extremely necessary to address issues related to sex education, including gender relations within the school environment, because at this time, children begin to form a critical sense, where they need information to build their values, attitudes, concepts and feelings. We point out as a research question what is the importance of addressing issues related to sexuality and gender in the school context with children in kindergarten? To answer the question raised, two objectives were listed: to emphasize the importance of addressing the gender issue in early childhood education and to discuss the issue of gender relations through moments of games and activities developed in early childhood education. To achieve the proposed objectives, a bibliographic survey will be carried. It is hoped that this article can guide teachers on the importance of working on themes related to sex education, more explicitly the approaches related to gender.

KEYWORDS: Gender Relations. Child education. Play.

Introdução

O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero. (ADICHIE, N. 2014, p. 41-42).

Este artigo aborda as relações de gênero na educação infantil, tratando especificamente das brincadeiras entre meninas e meninos dentro do contexto escolar, visto que hoje este tema está em ascensão no contexto social e também devido às influências dos meios de comunicação e do uso das redes sociais tornando cada vez mais importante esta abordagem.

Na sociedade atual, discute-se muito a desigualdade de gênero e formas de combatê-la, pois mesmo com o processo de inclusão em alta, tem-se um longo caminho de discussões e assertividades para a compreensão sobre educação sexual desde tenra idade no processo de escolarização, trabalhando com questões preconceituosas diversas sobre gênero e sexo. Furlani (2011) destaca,

Se considerarmos que a sexualidade (se referindo aqui a suas manifestações e seu desenvolvimento) é um componente humano e, portanto, um assunto de interesse infantil e jovem, então da escola se espera uma atitude no sentido de garantir, em todos os níveis da escolarização brasileira, seu assumir pedagógico, possibilitando a sua discussão e inclusão escolar. (FURLANI, 2011, p. 65).

O conceito de gênero nas ciências sociais e humanas foi criado para distinguir o sexo anatômico, macho e fêmea, ou seja, a dimensão biológica, a maneira de ser homem e ser mulher, que é uma construção cultural.

Especificamente o termo gênero surgiu a partir dos movimentos feministas, final da década de 1960, como uma forma de respostas às desigualdades existentes entre os sexos, que eram marcadas pelo determinismo biológico (LOURO, 1997). O conceito de gênero nos faz refletir que as diferenças entre os sexos vão muito além das diferenças sexuais, são produções das construções sociais, históricas e culturais na qual cada indivíduo está inserido. O campo social entra em destaque e consequentemente a escola, pois,

[...] tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento- seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade–que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 1997, p. 27, grifo do autor).

A escola, espaço privilegiado para se trabalhar com a diversidade de idades, sexos, raças e culturas, precisa compreender esse pressuposto e propor reflexões aos/as alunos/as que vão muito além dos binarismos existentes, homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, não se pautando em estratégias e práticas didáticas de vigiar e controlar.

Desde o início do processo de escolarização, ou seja, na educação infantil, é possível perceber o quanto as construções sociais e culturais perpassam nas práticas educativas, dentre elas, podemos destacar nos enfeites as cores rosa para meninas e o azul para meninos, os brinquedos estereotipados para os sexos, meninos carrinho e bola, meninas boneca e miniaturas de casinhas, pois são práticas cotidianas e sem reflexões, reproduzidas nas atividades escolares.

A escola precisa ter consciência que independentemente do nível de escolarização, sua atuação não é neutra, pois as ações, gestos e posturas também educam, além de que o currículo oculto muito contribui para a manutenção das relações de poder, da hierarquia e preconceito quanto às relações de gênero, inclusive a escola tem muito a contribuir para o combate a homofobia (PETRENAS, 2015).

Na fase da educação infantil, primeira etapa da educação básica, na qual as crianças têm o momento de convivência com um grupo social mais diversificado do que o contexto familiar, há necessidade de tratar as questões sobre a educação sexual, dentre elas a temática de gênero na escola, pois neste ciclo as crianças têm a oportunidade de explorar, conviver com diferentes tipos de personalidades e começam a formar o senso crítico, sendo assim, precisam de conhecimentos e vivências diversas para construir suas identidades, opiniões, emoções e seus valores.

Muitas crianças não possuem orientação sobre as questões que envolvem a sexualidade no contexto familiar, além de que, há culturalmente uma barreira sobre “como e quando” iniciar um diálogo sobre a temática, não havendo muitas vezes, as respostas necessárias para as dúvidas infantis. Sabendo da responsabilidade do educador/a de sobrepor esta barreira, pois dúvidas e indagações sobre sexualidade e gênero surgem no momento das aulas, sendo necessário esclarecê-las.

A abordagem em relação à temática da sexualidade deve envolver questões de discriminação, preconceito, conhecimento do corpo, questões fisiológicas, dentre outros assuntos de acordo com a faixa etária. Cabe ao/a professor/a sempre ser compreensivo/a e aberto/a a discussões, tal que:

Considerar que certos assuntos e/ou informações dizem respeito apenas a meninas (ou a meninos) é contribuir para um modelo de educação parcial e fragmentado que tende a legitimar as desigualdades nas relações de gênero, privar as crianças de informações e fragilizar o entendimento de “uma escola que desenvolve integralmente suas crianças”. (FURLANI, 2011, p. 68-69, grifo do autor).

As estagnações dos papéis femininos e masculinos que há diariamente nas escolas de educação infantil levam à construção do menino e da menina de maneira padronizada pela sociedade e, portanto, a hierarquização e a classificação das práticas consideradas diferentes que culminam por construir a distinção entre os comportamentos normais e os anormais.

Pesquisas diversas apontam que os/as professores/as comumente atribuem à disciplina e o melhor rendimento escolar às meninas e também justificam que meninos são mais propensos a aprender matemática do que as meninas e assim na escola vão se construindo um imaginário de desigualdades e hierarquias (CARVALHO, 2010; FINCO, 2010).

Em específico, a pesquisa realizada por Carvalho (1999), apresenta que outros objetos e símbolos são atribuídos a constituição do sexo, sendo o masculino atribuído ao superior e o feminino ao inferior, são atribuições que muitas vezes não se destinam somente ao corpo ou ao sexo, mas se tornam uma compreensão cultural e histórica, apesar dessa pesquisa em específico ter ocorrido há duas décadas, são questões muito presentes no cotidiano atual das escolas.

A linguagem usada na escola, escrita e falada, também é um fator que deve ser contestado, pois os livros, jornais, revistas que apresentam cunho pedagógico utilizam a versão masculina na escrita,

A gramática da Língua Portuguesa não evidencia, não utiliza a forma feminina em sua linguagem, o que não ajuda a constituir as mulheres como sujeitos próprios. Elas sempre são consideradas a priori parte de uma categoria masculina (todos, professores, diretores, pais, alunos etc.). (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 101).

Contudo, diante das justificativas apresentadas apontamos como questão de pesquisa qual a importância de abordar as temáticas relacionadas à sexualidade e gênero no contexto escolar com crianças da educação infantil?

Sendo assim, para responder à questão acima serão apresentados como objetivos deste trabalho: enfatizar a importância da abordagem da temática de gênero na educação infantil e discutir a temática das relações de gênero nos momentos de brincadeiras e atividades desenvolvidas nessa faixa etária.

Para atingir os objetivos propostos, será realizado um levantamento bibliográfico que, segundo Gil (2010, p. 44), "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos."

Deste modo, espera-se que esse artigo possa orientar professores/professoras da educação infantil sobre a importância de se trabalhar no contexto escolar, temáticas relacionadas à educação sexual, mais explicitamente as abordagens relacionadas a gênero.

Definindo o conceito de relações de gênero na educação infantil

Há conhecimento de que a sociedade em que vivemos estabelece basicamente um padrão de como ser homem e mulher. Existe um preconceito estrutural e cultural, no qual define os papéis masculinos e femininos enquanto definidores de gênero, e as suas relações de desigualdade e como cada indivíduo deve se comportar diante delas.

Antes mesmo do nascimento a criança é condicionada a itens que determinam o gênero, tais como as cores das roupas, brinquedos oferecidos, papéis profissionais que exercerão no futuro, as expectativas de relações de gênero estão representadas em atributos, e reforçadas por padrões da sociedade contemporânea marcado por consumismo em excesso, refletindo nas intenções e simbologias distintas no dia a dia.

As sociedades e as culturas delimitam "lugares", posicionam sujeitos e demarcam fronteiras entre indivíduos com base no jogo diferença versus identidade através da construção de representações que promovem qualificações, hierarquias e desigualdades. (FURLANI, 2011, p. 54, grifos da autora).

Se as relações de gênero são dinâmicas e se transformam, precisamos compreender que não faz sentido o contexto escolar ficar valorizando e segmentando tais diferenças, mas é preciso compreender que os/as alunos/as, independente do sexo ou do gênero que assumam, possuem características diferenciadas de aprendizagem.

Os brinquedos e as brincadeiras têm influência na inserção de padrões comportamentais desde a educação infantil. A sociedade e a família, no entanto, impõem regras de comportamento e padrões sociais atuais que inviabilizam um crescimento de uma vida plena para crianças, que ainda estão em processo de construção de sua identidade, inclusive em relação ao gênero.

A determinação de papéis sociais nos brinquedos e brincadeiras como “os meninos não podem brincar de bonecas” ou “as meninas não devem jogar futebol”, tem provocado censura por parte dos adultos, assim desde cedo as crianças ficam marcadas como tendo adoção de posição social que podem deixar suas escolhas, e mesmo a sexualidade, em conflito, sem contar que às influências familiares e sociais que as crianças estão inseridas tem influência preponderante em suas escolhas.

Família, sociedade e instituições frequentemente desrespeitam as orientações de gênero, ou percebem como necessidade alterar hábitos em qualquer atividade de conhecimento, tendo como meta aprender a moldar o caráter, exercendo pré-julgamentos desnecessários nessa fase da vida de uma criança. Do mesmo modo, Louro (1996, p. 10) aponta que,

Entendendo gênero fundamentalmente como uma construção social – e, portanto, histórica –, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A ideia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo.

Compreendemos que, há objeções, resistências para se trabalhar certos temas dentro do ambiente escolar, pois podem promover pensamentos diferentes e/ou até mesmo correr o risco de expor o/a aluno/a as situações desnecessárias e embaraçosas caso não se faça uma abordagem correta. Portanto, é imperativo saber que o papel do/a docente diante do tema educação sexual, é imprescindível, pois é ele/ela que consegue auxiliar, mediar na formação de pensamentos entre as crianças, que, na maioria das vezes, não possuem orientações sobre as questões que envolvem a sexualidade no contexto familiar, pois a família não se sente preparada para tal abordagem, ou mesmo, acredita que essa não é a idade adequada para tal.

Por inúmeras vezes, fica sobre a responsabilidade do/a professor/a vencer essas questões corriqueiras do cotidiano escolar que podem se tornam momentos de discussões e muito aprendizado.

Entretanto, gênero e sexualidade são temas complexos que possuem princípios diversos, alicerçados por concepções sociais e culturais, cabendo ao/a professor/a sempre ser compreensivo/a, transparente e promover uma educação não sexista, além de

que deve compreender que o momento da aula seus valores pessoais não podem sobrepor as questões de ensino, pois ser professor/a é abordar através da cientificidade.

Sendo assim, o papel da escola, neste caso na educação infantil, é a intervenção na continuidade das relações de desigualdades, e um dos principais objetivos é orientar as crianças no decorrer do seu desenvolvimento, e por este motivo a escola deve estar preparada para formar cidadãos íntegros e livres de preconceitos, que na maioria das vezes, se inicia com atitudes discriminatórias.

Na fase de zero a cinco anos a criança amplia suas noções de comportamento e seus primeiros valores, neste ciclo os/as alunos/as começam a delinear suas próprias identidades. Com o intuito de compreender a sexualidade no contexto escolar, faz-se necessário abranger a distinção entre sexualidade e sexo. Conseqüentemente, o sexo é deduzido como algo biológico, referindo-se a imagem de masculino e feminino, já a sexualidade transcende o corpo, e estabelece uma particularidade determinada na cultura.

Foi a partir do início do século XX que Freud, em uma de suas conferências apresenta suas descobertas sobre a sexualidade infantil, indo contra o que até o momento se pregava, que a sexualidade só apareceria na adolescência (GUIRADO (1997). Tendo como referência os estudos de Freud, Guirado (1997) destaca que,

As crianças, desde o nascimento, apresentavam atividades auto-eróticas que, da sucção à masturbação, passando pelo controle das fezes como estímulo à mucosa anal, faziam-se acompanhar de fantasias e constituíam assim a história amorosa desses supostos anjos. (GUIRADO, 1997, p. 25, grifo do autor).

Guirado (1997) ao abordar os estudos de Freud descreve as fases do desenvolvimento da criança expondo a relação do corpo com o prazer e sensações prazerosas: fase oral (0 a 1 ano), fase anal (1 a 3 anos), fase fálica (3 a 6 anos), período de latência (de 6 a 9 anos) e fase genital (a partir dos 10 anos).

Não queremos ser repetitivos, mas novamente a formação docente é fundamental para que se conheçam os fundamentos científicos, psicológicos e filosóficos em torno da infância, para que o docente apresente segurança e tenha conhecimento diante das situações ocorridas no cotidiano das escolas.

Assim, cabe ao/a docente discorrer um conhecimento crítico e reflexivo a respeito das relações de gênero, impedindo práticas repressoras e padronizadas na infância. Deste modo,

No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga (BRASIL, 1998, p. 41).

Com passar dos anos e a evolução das pesquisas científicas na área da educação infantil (BRASIL, 1998; CAMARGO; RIBEIRO, 1999; NUNES; SILVA, 2000) viu-se a necessidade de implementar a educação sexual dentro do ambiente escolar, pois é de grande relevância este tema, tanto quanto os outros conteúdos abordados dentro da sala de aula, trata-se da inserção direta do indivíduo no meio social e na formação para a sua cidadania, e assim, para a prática docente abordar a temática de gênero se torna fundamental.

É preciso evidenciar que o/a professor/a tem um grande poder de estimular as discussões sobre as questões de gênero, pois hoje os alunos passam boa parte do tempo na escola, além de que caminhamos para uma proposta de educação integral (BRASIL, 2018), e a formação integral do humano abarca sem precedentes a abordagem da sexualidade. Petrenas (2019) destaca,

Hoje, se a maioria das crianças e adolescentes passa maior parte da infância e da juventude na escola, o aprendizado em torno da concepção de gênero é fundamental nesse espaço. Ademais, compreender o conceito de gênero e suas facetas, quais sejam, os processos de discriminação, de diferenciação entre os sexos, a violência em torno das questões femininas e masculinas, dentre outros, pode ajudar a criar-se um olhar mais atento e criterioso aos processos em que se consolidam as diferenças e as situações preconceituosas, buscando construir assim a equidade de gênero. (PETRENAS, 2019, p. 1253).

A escola não é um nicho isolado, fator que o docente deve reconhecer desde a sua formação, tendo consciência de que sua atuação não é neutra, tem grande influência no pensamento e nas ações dos/as discentes.

Quando os temas da sexualidade e gênero são tratados com naturalidade desde a infância, os sujeitos podem passar pela adolescência com mais serenidade, segurança e conseqüentemente mais saudáveis em relação a suas escolhas.

O brincar e as relações de gênero na infância

Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é dever do Estado atender crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas. Logo após, a divulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 (BRASIL, 1996), a educação infantil passa a ser parte integrante da educação básica, estando no mesmo nível que o ensino fundamental e o ensino médio.

Com a alteração implementada na LDBEN em 2006 ocorreu ingresso no ensino fundamental crianças com seis anos de idade, e a educação infantil passa a considerar a faixa etária de 0 a 5 anos, sendo assim, marca o começo de uma experiência ao educando/a, quando terão momentos de frequentar em um grupo social mais diversificado com características distintas do convívio afetivo familiar.

Outra questão fundamental é a obrigatoriedade de matrículas de crianças na educação infantil a partir de quatro anos de idade. De acordo com a Lei nº 9.394/96:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...].

Art. 29º - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

A fase da educação infantil é marcada pelo aprendizado através de atividades lúdicas, pois a brincadeira promove a socialização dos/as aluno/as, no qual se iniciam comparações e interações, movendo por consequência o entendimento do mundo e das ações humanas. O brincar é uma atividade crucial para o desenvolvimento das crianças, pois, possibilita a criação da identidade, a percepção da realidade pela interação de papéis sociais e a captação das experiências.

O adulto, no caso o/a professor/a, interage com a criança em várias situações: banho, alimentação, brincadeira, tarefa escolar, dentre outras. Porém, a brincadeira constitui o meio de interação adulto-criança considerado por alguns autores

(LEONTIEV, 1998; VYGOTSKY, 1991) como situação interacional mais rica, pois é a partir dela que a criança constrói sua realidade subjetiva. A criança age sobre o meio especialmente quando está brincando. É agindo ativamente com os objetos que ela consegue perceber as propriedades humanas inerentes a cada situação. Ademais, é brincando que a criança supera a infância, pois na situação de brincadeira se relaciona com os objetos num nível superior ao seu padrão de desenvolvimento atual (VYGOTSKY, 1991).

Ao brincar o indivíduo identifica o seu próprio corpo, estabelece sentimentos, gesticula, reproduz os comportamentos dos adultos e reconhece o espaço no qual está inserido, compreendendo os hábitos culturais e valores presentes no seu dia a dia.

Atualmente, a brincadeira parece apresentar certo distanciamento da infância, pois a televisão e os jogos eletrônicos aparecem no cotidiano das crianças mantendo-se por vários anos, sem uma preocupação crítica da importância das inter-relações como fator de formação do ser humano. Borba (2006) elucida:

A brincadeira é uma palavra estreitamente associada à infância e às crianças. Porém, ao menos nas sociedades ocidentais, ainda é considerada irrelevante ou de pouco valor do ponto de vista da educação formal, assumindo frequentemente a significação de oposição ao trabalho, tanto no contexto da escola quanto no cotidiano familiar. (BORBA, 2006, p. 36).

Diante de uma visão sociointeracionista, o brincar aparece como importante processo de desenvolvimento e aprendizagem, capaz de proporcionar situações que vão além do processo de socialização e integração na sociedade. Pois, segundo Vygotsky (1991), a brincadeira vai além de representar somente cenas do cotidiano, mas ocorre uma resignificação do vivido, proporcionando novos saberes, significações e práticas, “Uma criança não se comporta de forma puramente simbólica no brinquedo; ao invés disso ela quer e realiza seus desejos, permitindo que as categorias básicas da realidade passem através de sua experiência [...]” (VYGOTSKY, 1991, p. 114).

Levando em consideração as brincadeiras e brinquedos no cotidiano da educação infantil, pode-se afirmar que neste ciclo da educação, o desenvolvimento da construção de identidade de gênero se torna necessário e pertinente.

De modo geral, as condutas sexistas se fazem presentes na sociedade, temos como exemplos corriqueiros a determinação da cor azul se refere ao gênero masculino, à cor

rosa ao gênero feminino, a não aprovação que o menino brinque de boneca e a menina de carrinho. Finco enfatiza,

As brincadeiras das crianças, o seu faz de conta e suas fantasias mostram o papel ativo que as crianças têm na construção, o social das suas relações e identidades de gênero. O brincar é uma forma de vivenciar o mundo e, por isso, traz um sentido que será diferente para cada um, independentemente se é uma menina ou se é um menino. Meninos e meninas que, apesar de toda essa pressão exercida pelos estereótipos dos brinquedos, ainda conseguem manifestar seus desejos e vontades através dos brinquedos e das brincadeiras. Ao encontrarem espaço para a transgressão, meninas e meninos vão além dos limites do que é predeterminado para cada sexo, desejam brinquedos diferentes daqueles que lhes são impostos e buscam outros sentidos, ressignificando a cultura na qual estão inseridos e demonstrando formas variadas e originais de relacionamento. Ao contrariarem as expectativas dos adultos, meninas e meninos problematizam suas vidas, criam formas de relações, transgridam. A positividade das transgressões traduz-se no modo como resistem aos padrões preestabelecidos, quando expressam seus desejos, recriam e inventam maneiras criativas de brincar. (FINCO, 2015, p. 51).

O brincar ocupa uma posição de importância no processo construtivo de identidade das meninas e meninos. Deste modo, entender o que os/as alunos/as conhecem e assimilam sobre o gênero através das brincadeiras é importante, tanto quanto, a percepção sobre os usos que fazem deste conhecimento no contexto das relações sociais. Abranger e ter respeito sobre as escolhas dos/as educandos/as é fundamental para que, entre familiares, educadores/as e crianças tenha um alinhamento horizontal e não adultocêntrico.

A caracterização com base no gênero se torna visível quando apresentamos exclusivamente os brinquedos das crianças, para as meninas encontra-se uma ampla variedade de objetos pequenos que reproduzem o cotidiano dos adultos, como: os eletrodomésticos, bonecas com enxoval, utensílios de cozinha, ferro de passar entre outros. Em relação aos meninos, em geral, os brinquedos são discrepantes em relação às meninas como: bolas, *skates*, carrinhos, peças criativas como blocos de construção e encaixe, entre outros.

Os brinquedos apresentados para meninos e meninas, repletos de expectativas distintas para cada gênero, permitem vivências e momentos físicos delimitados, fato que, na maioria das vezes, é direcionado ao contexto escolar. O/a aluno/a ao brincar, permite-se trabalhar suas dúvidas, questionamentos e valores sociais, eles/as brincam com aquilo que lhes proporcionam satisfação e curiosidade, portanto, a divisão do que

não é tolerado e o que se destina para cada sexo não é considerado nas ocasiões de brincadeiras, isto é, meninas e meninos realçam que suas vontades e desejos vão adiante do que os/as adultos/as impõem e esperam que, tem a habilidade de inventar e reinventar, de experienciar situações imprevistas de maneira inovadora.

Ao aguçarmos os/as alunos/as com atividades lúdicas e vários tipos de brinquedos, favorecemos a oportunidade de manifestar habilidades que serão de grande valia para o futuro. O/a docente deve estar prevenido/a e atento/a durante as brincadeiras, para não intensificar a desigualdade de gênero, não punir e nem interferir quando um/a aluno/a ficar com um brinquedo que não seja do gênero aceito pela sociedade.

Com frequência, ainda não há nos sistemas escolares, desde os dirigentes até o professor, a consciência de que o brincar envolve múltiplas aprendizagens e de que brincar é uma experiência cultural importante, sobretudo nos primeiros anos de vida.

Ao abordar a relação de gênero não devemos deixar de frisar o currículo quanto algo construído, introduzido no sistema educativo, que legitima os fins sociais, econômicos e culturais. Ainda sobre o currículo, tão quanto o conceito que temos da educação sexual, não se trata de algo imparcial, mas é uma elaboração cultural, inclusive as relações e impressões de docentes e alunos/as são marcadas pelo currículo oculto.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atualmente é um documento de referência que define as competências gerais que todos os/as estudantes necessitam desenvolver ao longo do processo educativo, sendo assim, é responsabilidade das instituições assegurarem que as crianças dentro da sala de aula receberão as competências determinadas pelo documento normatizador, e deste modo, acredita-se que todos terão um ensino mais igualitário e justo diante do cenário educacional (BRASIL, 2018).

Não podemos ser ingênuos, devemos compreender os entraves que a própria BNCC nos coloca para o trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade no contexto escolar, conforme destacam Franciscati da Silva, Leivar Brancaloni e Rodrigues de Oliveira (2019) o retrocesso que o documento oficial pode proporcionar no contexto escolar e mesmo na formação docente,

[...] ao constatar que a BNCC silencia quaisquer discussões sobre gênero, verificamos que o documento oficial vai de encontro às argumentações tecidas pela literatura pertinente, situação que, em

última instância, poderá colaborar para a manutenção de misoginia, homofobia, lesbofobia, transfobia, etc., no ambiente escolar.

Este fato se torna problemático ao considerarmos que a BNCC orientará a elaboração de matrizes curriculares da educação básica em todo o território nacional, pois a não abordagem do gênero no corpo do documento abrirá precedentes para que esta temática não seja incluída nos processos educativos. (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019, p. 1548).

A BNCC faz apontamentos, embora elementares, sobre gênero, mas cabe aos formuladores de políticas públicas, gestores e docentes compreenderem que, dentro das competências estabelecidas para a educação infantil e ensino fundamental, abordar a temática é imprescindível, porquanto,

[...] requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. Dessa maneira, a equidade reafirma seu compromisso de reverter a situação de exclusão histórica. (BRASIL, 2018, p. 11).

Mais especificamente, o cuidar e educar são indissociáveis no processo de educação. Nesse sentido, as pré-escolas e creches ao abraçar os conhecimentos edificados e vivências pelas crianças no espaço familiar e no sentido social, associado em suas propostas pedagógicas, têm o trabalho de aumentar o universo de aprendizados, habilidades e conhecimentos das crianças, variando e solidificando novas aprendizagens, complementando a educação familiar, preferencialmente quanto a tratativas de educação de bebês e das crianças mais novas, que englobam experiências mais próximas aos dois sentidos (escolar e familiar), como a sociabilização, a comunicação e a autonomia (BRASIL, 2018).

Cabe salientar que, diante do exposto, ainda que a BNCC traga uma delimitação curricular da abordagem da sexualidade, os docentes podem oportunizar situações para efetuarem uma Educação Sexual direcionada com o compromisso da educação integral, conforme consta na introdução desse próprio documento, pois a educação integral compreende o indivíduo de maneira biopsicossocial.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que

privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2018, p. 14, grifos nossos).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) em seu artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 12).

Levando em consideração os eixos organizacionais das práticas e competências pedagógicas gerais da educação infantil orientadas pela BNCC, existem seis direitos essenciais para as crianças de 0 a 5 anos, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2018).

Para englobá-los o/a docente necessita tê-los em constante interligação, para confirmar que as experiências sugeridas estejam alinhadas com as características estruturais no processo de construção de identidades. Os conceitos dos campos de investigações também se apoiam no que diz respeito às DCNEI em relação aos conhecimentos e saberes primordiais a serem proporcionados as crianças e agregados as suas experiências (BRASIL, 2009).

Levando em consideração esses conhecimentos e saberes, os campos de experiência voltados para a educação infantil em que a BNCC se organiza são os listados a seguir, contudo apontaremos uma síntese com pressupostos voltados para a temática da sexualidade e gênero, proporcionando também destacar a importância do trabalho das temáticas no cotidiano escolar,

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista [...]

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade [...].

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras [...].

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro [...].

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.) [...] (BRASIL, 2018, p. 38, grifos nossos).

A educação, como tantos outros elementos da vida, evolui constantemente. Nos dias atuais, as experiências das crianças não são mais enfatizadas a partir do entendimento do assunto das grades curriculares impostas e sistematizadas somente, pois a diversidade também é valorizada.

Os campos de experiência da BNCC, que tem como propósito, dentre outras, recomendar o desenvolvimento da criança de forma holística, e diante dessa questão o brincar tem papel relevante no aprendizado e na formação das crianças, sendo que atividades lúdicas e o brincar podem ser direcionados para as abordagens de sexualidade e gênero de acordo com a idade da criança (BRASIL, 2018).

Se uma das funções da escola é formar o cidadão crítico e participativo, livre de preconceitos, a escola precisa trabalhar com valores constitutivos de alteridade, sem pré-julgamentos e atuar como espaço de rupturas com estereótipos e convenções sociais moralistas, precisa ir muito além do disciplinamento dos corpos e conseqüentemente das mentes (FOUCAULT, 2009). O brincar em espaços livres, principalmente na educação infantil, tem relação direta com o corpo, o domínio e conhecimento do corpo, algo fundamental para o desenvolvimento do ser humano de maneira integral.

Tarefa essa não somente do/a docente, mas de toda comunidade escolar, direção, professores/as, funcionários/as e requer o envolvimento da família, através de ações

coletivas, pois todos os envolvidos precisam se livrar das amarras do preconceito em relação à diversidade sexual, combatendo os mecanismos de exclusão, buscando a liberdade para o conhecimento em busca da práxis educativa.

Formação docente e as temáticas de gênero

A educação sexual no ambiente escolar, na maioria das vezes, encontra obstáculos que dificultam a sua implementação, incluindo os valores culturais impostos pela sociedade, mas a abordagem de tal temática pode refletir alterações através do investimento na formação docente, visto que esta capacitação irá influenciar positivamente na composição da escola, como meio específico de desenvolvimento e um trabalho eficaz que envolva questões voltadas para as temáticas abordadas nesse estudo.

É importante que o licenciando/a em seu processo de formação, assim como, os educadores/as que estão em atuação, tenham conhecimento desse tema, para poderem exercer de forma crítica sua atividade.

A identidade docente é questão necessária ao ser abordada quanto se trata de trabalhar com sexualidade e gênero, inclusive porque a constituição da carreira do magistério geralmente tem relação com a constituição do ser mulher, devemos compreender que a docência na educação infantil é majoritariamente feminina em nosso país. Compreendemos que as constituições da identidade profissional e pessoal se interligam e não podem ser concebidas como processos estanques, dissociados, mas que se complementam e interagem. A sexualidade como parte constitutiva do ser humano também complementa o “eu” profissional, pois enquanto docente o constitutivo se permeia por valores culturais, sociais, pessoais que influenciam o modo como às ações pedagógicas serão desenvolvidas ao abordar a temática da sexualidade reinterpretando tabus, medos, sensações diversas que serão concebidas como positivas ou negativas.

Moita (1992), ao abordar a formação inicial de professores, destaca o processo pessoal e singular diante do tornar docente, como construção de si próprio e a relação entre a identidade pessoal e profissional. A autora destaca:

A profissão é por vezes um meio de afirmação pessoal e social, sobretudo quando o mundo da família e da casa é sentido como demasiado apertado. [...]

Identidade pessoal/identidade profissional: uma grande variedade de relações que se estabelecem. Há nessas relações uma actividade de autocriação e de transformação vividas entre a tensão e a harmonia, a distância e a proximidade, a integração e a desintegração. A pessoa é o elemento central, procurando a unificação possível e sendo atravessada por múltiplas contradições e ambiguidades. (MOITA, 1992, p. 139).

A identidade pessoal e profissional do educador não é valorizada, nem mesmo percebida como definidora de muitas atitudes ao abordar ou deixar de ser trabalhada a sexualidade no contexto das escolas, é preciso reflexão, pois o docente clama por auxílio, mesmo que seu pedido seja de maneira velada, indiscreta ou que negue a princípio (PETRENAS, 2015).

Inclusive porque a sexualidade está presente nas escolas, nos diversos espaços e comentários e em todos os níveis da educação, desde o surgimento dessa instituição é algo que é velado, como nos afirma Guirado (1997, p. 25) “A sexualidade é como um fantasma que ronda as cercanias e os interiores da escola e da sala de aula. Não é o único, sabemos disso. Mas é, sem dúvida, um daqueles que, quanto mais se busca erradicar, mais assombra a cada esquina.”

Contudo, o investimento em políticas públicas e educacionais no sentido de formação docente e demais profissionais que atuam na área educacional é fundamental, mas é preciso compreender que a conscientização da importância da educação sexual é fator imprescindível, além do que tal investimento demanda tempo, pois,

Nenhuma legislação, norma ou política educacional consegue imprimir uma transformação imediata. Contudo, as políticas educacionais são necessárias para o fortalecimento dos/as agentes educacionais, o que só pode ser garantido pela formação [...] e incentivo de uma reflexão permanente sobre o cotidiano da escola. Não só na formação continuada de profissionais da educação, mas também na formação inicial, nos cursos de formação destes profissionais nas universidades. (GRÖSZ, 2008, p. 42).

É de extrema relevância, formar docentes capazes de responder as indagações em relação a gênero e sexualidade, conduzindo uma pedagogia com um compromisso transformador. É necessário um trabalho de conscientização dos/as professores/as a efetivarem com os alunos/as atitudes que não demonstrem modelos sexistas, levando as

crianças às mesmas atividades segregacionistas ou tomando cuidados para não reforçar por ações e palavras os modelos que fazem distinção entre os sexos.

Em tempos em que há o avanço do conservadorismo e da proposta da ideologia de gênero como valores da sociedade, é preciso discutir estas disputas e controversas. A “Ideologia de Gênero” faz parte da proposta de grupos conservadores, dentre eles o movimento “Escola sem Partido”, que buscam coibir e negar a igualdade de direitos de mulheres, homossexuais, travestis, dentre outros grupos tidos como minoritários (MISKOLCI, 2018). Ambos os Movimentos tiveram maior relevância política e midiática com o início da gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2019. Os argumentos em torno da “Ideologia de Gênero” apontam que os/as estudantes são envolvidos em “doutrinação ideologia”, apontamentos esses defendidos por políticos e religiosos de cunho cristão, que não atuam diretamente na Educação Básica e que não reconhecem os diálogos que permeiam os trabalhos do cotidiano escolar em torno das diferenças e desigualdades sociais, raciais, de gênero, dentre outras.

Para empates dessa ordem é necessário realizar práticas educacionais efetivas sobre diversidade sexual e de gênero, valorizando a alteridade, o respeito e proporcionando situações de empatia através de trabalhos em grupos. Através da abordagem da temática de sexualidade e gênero na educação infantil é possível promover aprendizados e discussões diversas para essa fase do processo de escolarização.

Depreendemos que as formações continuadas para profissionais da educação podem surtir efeito como ferramentas para os/as docentes transformarem suas práticas melhorando o pensamento crítico e gestão da escola com mais criticidade e embasada nos direitos humanos e na cidadania, fazendo com que os/as professores/as se tornem agentes da mudança social e também refletindo sobre o ideal conservador que, dificulta a inclusão de todos. Tendo em vista que:

O trabalho do professor em sala de aula exige a mobilização de diferentes conhecimentos/ saberes tendo em vista o caráter multifacetado da prática pedagógica. Trata-se de saberes que envolvem não somente a transmissão de conteúdos, assim como subsidiam o professor no desenvolvimento de várias habilidades para que ele se dê conta das diferentes situações e dos dilemas que surgem no desenvolvimento da prática docente. (BRITO, 2011, p. 1).

Tratar os conteúdos de desigualdades relacionadas à diversidade sexual e gênero é uma das iniciativas para desfazer as representações equivocadas que os/as alunos/as e professores/as trazem consigo para a sala de aula.

Podemos destacar como exemplo, que um dos pontos importantes para o/a docente trabalhar dentro do contexto escolar, é inserir em alguns momentos e espaços dentro da sala de aula, os livros infantis paradidáticos, dentre eles, voltados para a temática de gênero, que podem ser manuseados como recursos pedagógicos para a reflexão e argumentação em períodos da formação docente destinados para serem abordados desde a educação infantil.

Logo, a leitura pode proporcionar às crianças uma aquisição de conhecimento, criatividade, interpretação, imaginação, senso crítico e assim, descobrindo novas possibilidades e interesse pela descoberta ajudando no crescimento individual do/a aluno/a em todo processo educacional.

Em estudo realizado por Petrenas *et al.* (2014), no qual a temática de gênero é abordada através de paradidáticos por meio da realização de um trabalho com crianças, os autores destacam que

Nesse estudo [referência ao artigo] não tivemos a pretensão de expor modelos, mas apresentar caminhos para que os livros paradidáticos sejam aliados às propostas de estudo de gênero com crianças e mesmo nos cursos de formação de professores, sendo subsídios preciosos do trabalho docente, indo além dos padrões generificados e reprodutores de estereótipos. Além de que, tentamos propor a relação teoria e prática, minimizando dicotomias que são tão comumente queixas de docentes.

Enfim, buscamos expor condições de reflexão para uma proposta de trabalho em busca da equidade de gênero, combatendo preconceitos e acreditando na criticidade rumo à educação sexual emancipatória. (PETRENAS *et al.*, 2014, p. 138-139).

Corroborando com o estudo de Petrenas *et al.* (2014) é de extrema importância trazer exemplos que possam realçar e embasar o contexto acima, inclusive na educação infantil, assim apresentamos dois livros paradidáticos que abordam as temáticas de gênero. O livro “Quem Disse?” de Caroline Arcari (2020) que traz novas possibilidades de brincadeiras, sobre o sonhar e o ser, desmistificando estereótipos e padrões de gênero. Através desse paradidático é possível abordar a questão da masculinidade livre de estereótipos e o empoderamento das meninas.

O livro “O menino Nito: então, homem chora, ou não?” de Sonia Rosa (2008) aborda a questão sobre o chorar masculino, um tabu imposto pela sociedade para um padrão ideal sobre o homem de manifestar seus sentimentos e refutar suas fraquezas, concebendo muitas vezes danos aos mesmos. Através desse paradidático é possível abordar o estereótipo machista de que homem não chora.

Pode-se observar que as práticas de leitura são essenciais no acompanhamento da educação infantil, é uma ferramenta valiosa na vida dos/as alunos/as quando incentivada desde cedo. O/A educador/a precisa investir em metodologias diferenciadas para explorar e organizar através da leitura, conversas e brincadeiras, oportunidades de questionar as temáticas de gênero, pretendendo sempre explorar o desenvolvimento das crianças.

Os jogos competitivos são comuns em espaços escolares, dentre eles podemos destacar os que se organizam em equipes, como por exemplo, queimada e futebol, e dessa forma os/as professores/as podem organizar times mistos quanto ao sexo, pois é uma forma de incentivo e valorização a colaboração e que todos/as participem.

Realizar a tradicional brincadeira do “Lenço Atrás” também pode ocorrer variedades em que o lenço seja um/a boneco/a e desse modo o/a aluno/a que recebe “a/o boneco/a” deve lhe atribuir características, contar sobre como é ter um/a boneco/a, sobre o brincar com boneco/a, ou seja, proporcionar um diálogo positivo, que desconstrua estereótipos de gênero.

O gênero, sendo uma construção social e cultural, também faz parte do trabalho escolar para que não ocorram diferenças e estereótipos nos relacionamentos intraescolares, que paralelamente e posteriormente se concretizarão em ações extraescolares, pois, se bem discutidas e incorporadas de maneira positiva, podem minimizar o preconceito tão comum nas sociedades atuais. (PETRENAS *et al.*, 2014, p. 134).

Podemos apontar que o/a docente deve levar em consideração que está diante de uma sala desigual e que cada aluno/a carrega consigo uma grande carga de conhecimentos, como resultado de experiências vividas no ambiente social.

Cabe ao/a docente fornecer ferramentas que busquem a igualdade das crianças, auxiliando no rompimento da desigualdade de gênero e mecanismos valorosos para discorrer sobre conversas e brincadeiras livres de preconceitos de gênero ou de qualquer espécie.

Conhecimento tem relação direta com poder, e inevitavelmente proporcionar às crianças, adolescentes e jovens a amplitude de saberes sobre sexualidade, oferece condições de ir muito além do senso comum, de saberem fazer suas escolhas, cuidarem de seus corpos e inevitavelmente terem relações de amizade e companheirismo mais saudáveis e felizes.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, foi possível observar a importância de se abordar às temáticas de sexualidade e gênero no contexto escolar, reprimindo atitudes discriminatórias. O/a docente e toda a escola têm um papel indispensável na sociedade, precisam estar preparados/as para tais condições, sendo assim é essencial que haja interferência pedagógica nos momentos de exclusão, para que desde cedo as crianças compreendam o conceito de igualdade e façam-as entender que não existem papéis pré-determinados sobre ser menino ou menina.

A sociedade mesmo que com constantes lutas, programas sociais, a busca pela inclusão, ainda continua discriminatória e sexista, fazendo com que estereótipos e regras de conduta de acordo com o gênero sejam seguidos. Porém, para que haja a inserção mais ampla de diferentes escolhas que os indivíduos tomam durante a vida, a sociedade precisa ser instruída, orientada, assim destacamos nesse estudo que essa inclusão começa desde a infância.

No que diz respeito ao brincar, conclui-se a necessidade de implementar diversas brincadeiras e brinquedos para que, mesmo com distinção de pensamentos dos pais, pois há influências culturais nas quais as crianças devem brincar conforme o gênero, o/a professor/a deve dispor possibilidades diversas tanto para meninos como meninas sem discriminação por sexo, sem marcas de gênero para que a inclusão social seja possível e ativa, além de que, o brincar é momento de liberdade e criatividade.

Sendo assim, os/as alunos/as conseguem se desenvolver e construir a personalidade diante da sociedade, sem barreiras sociais em toda sua forma de consciência e plenitude, além de colaborar na desconstrução de preconceitos e atos discriminatórios.

Englobar as relações de gênero como práticas culturais e sociais é agente principal para organizar o conhecimento e orientação que abrangem a temática da sexualidade,

pois o gênero se faz presente nos vínculos sociais e está evidente e contido nas diversas referências de valores, símbolos e normas.

À medida que, meninos e meninas questionam o que é imposto para cada sexo segundo a sociedade sexista, demonstram que o processo de escolarização desde a educação infantil é mais uma forma positiva quanto às características dessas relações, pois a escola pode ser um ambiente favorável para o não-sexismo, para a não discriminação, para o combate ao preconceito. É crucial que o/a educador/a infantil tenha consciência desta possibilidade, para que desta forma possa refletir sobre suas ações educativas.

Por fim, esperamos que esse artigo possa expor reflexões de um trabalho que procura a equidade de gênero, sobrepujando a discriminação e acreditando na educação sexual libertadora, deste modo questionar as relações de gênero oportuniza o debate sobre o rompimento das diferenças sobre feminino e masculino.

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARCARI, Caroline. *Quem disse?* Curitiba: Ed. Caqui, 2020.

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. p. 33-44.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRITO, Antônia Edna. (Re)discutindo a formação de professores na interface com o estágio supervisionado. *Revista Ibero-Americana de Educação*, Piauí, v. 56, n. 2, p. 1-7, 2011.

CAMARGO, Ana Maria F.; RIBEIRO, Cláudia. *Sexualidade e infâncias: a sexualidade como um tema transversal*. São Paulo: Moderna; Campinas. Ed. da Unicamp, 1999.

CARVALHO, Marília P. Gênero: pra que serve esse conceito na prática pedagógica? In: DALBEN, Ângela I. L. F.; PEREIRA, Júlio E. D.; Leal, LEIVA F. V.; SANTOS, Lucíola L. C. P. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação de jovens e adultos, educação de pessoas com deficiências, altas habilidades e condutas típicas educação do campo educação, gênero e sexualidade educação indígena, relações raciais e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 512-525. (Didática e prática de ensino).

CARVALHO, Marília P. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdo*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

FINCO, Daniela. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira. *Studi sulla formazione*, Firenze, v. 18, n.1, p. 47-57, jan. 2015. Disponível em: DOI: 10.13128/Studi_Formaz-17329 Acesso em: 1 set. 2021.

FINCO, Daniela. Expectativas diferenciadas para meninas e meninos na educação infantil. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Convergências e tensões no Campo da Formação e do Trabalho Docente: políticas e práticas educacionais, 15., 2010, Belo Horizonte. [Anais...] Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. 1CD-ROM.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCISCATI DA SILVA, C. S.; LEIVAR BRANCALEONI, A. P.; RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1538–1555, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12051. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051>. Acesso em: 15 nov. 2022

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico – racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRÖSZ, Dirce M. *Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores*. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2008.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 25-42.

LEONTIEV, Aléxis N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 119-142.

LOURO, Guacira L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta (org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-18.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>. Acesso em: 15 mar. 2022

MOITA, M. C. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. (org.). *Vidas de professores*. Porto Alegre: Porto Editora, 1992. p. 111-140.

NUNES, César A.; SILVA, Edna Ap. *A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade*. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 72).

PETRENAS, Rita de C.; GONINI, Fatima Ap. C.; MOKWA, Valéria M. N.; RIBEIRO, Paulo Rennes. M. Era uma vez um Menino e uma Menina...: Representações de gênero através de livros paradidáticos nos anos iniciais no ensino fundamental. *Revista Ártemis*, João Pessoa, PB, v. 7, n. 1, p. 129-140, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/19155/11136> Acesso em: 3 out. 2021.

PETRENAS, Rita de C. *O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE (1996-2012)*. Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro. 2015. 322 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2015.

PETRENAS, R. de C. Artefatos culturais e a abordagem sobre gênero e sexualidade: a revista Nova Escola. *Ensino em Re-Vista*, Uberlândia, MG, v. 26, n. Especial, p. 1238–1260, dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/52074> Acesso em: 10 jan.. 2022.

ROSA, Sonia. *O menino Nito: então homem chora ou não?* Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2008.

VYGOTSKY, Levi S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Recebido junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022,

Revista
Diver  **sidade**
e Educação